

-----ATA NÚMERO 28/2017-----

REUNIÃO ORDINÁRIA, E PÚBLICA, DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL, REALIZADA EM VINTE E SETE DE JULHO DO ANO DOIS MIL E DEZASSETE. -----

-----Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano dois mil e dezassete, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas quinze horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis, e os Senhores Vereadores: Domingos Manuel Martins Rodrigues, João José Sales Fernandes Correia, José Manuel de Sousa Rodrigues, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Artur Alberto Fernandes Andrade e João José Nascimento Rodrigues. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão do Atendimento e Administração. -----

---Presente, ainda, a Senhora Carolina Isabel Ribeiro Silva, que substitui, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Senhor Vereador Bruno Miguel Camacho Pereira, do PSD.-----

---Além dos acima mencionados, estiveram também presentes nesta reunião os Adjuntos do Gabinete da Vereação João Beja, Mabely Moreira e Sandra Silva.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade. -----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERCENÇÃO DA VEREAÇÃO: -Iniciando este período, o Senhor Vereador João Correia do PSD e relativamente à campanha de vacinação e registo de animais gratuita nas Juntas de Freguesia questionou acerca da cobrança das taxas sobre este serviço ao que a Senhora Vice-Presidente Idalina Luís informou que o procedimento teve um pequeno atraso, mas virá à próxima reunião de câmara para ratificação e com efeitos retroativos, já que na Região são as Autarquias a comprar as vacinas e neste aspeto, têm autonomia para deliberar quanto à isenção das taxas.-----

----- Intervindo sobre esta questão, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus do PSD questionou se esta campanha abrange todos os munícipes possuidores de animais ao que a Senhora Vice-Presidente Idalina Luís informou que sim, informando também que a campanha só terminará depois de todas as freguesias serem abrangidas.-----

----- -Usando da palavra, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus do PSD manifestou o seu desapontamento, partilhado pelo Senhor Vereador da CDU, pelo facto da revisão do regulamento do Teatro

Municipal Baltazar Dias não constar da agenda desta reunião pelo que, supostamente, não deverá ser discutido na sessão da Assembleia Municipal de setembro.-----

----- Relativamente a esta questão, o Senhor Presidente informou “que o regulamento está no Departamento Jurídico, mas devido ao excesso de trabalho, já identificado, ainda não foi possível analisar o documento, daí o facto de ter sido aprovado um procedimento concursal para este serviço, para contratação de mais juristas.”----

----- -Usando agora da palavra, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues do CDS/PP e porque começou o período de discussão pública do PDM, constatou, a fraca afluência de cidadãos e de representantes de instituições na primeira sessão de esclarecimento, por decorrer no período de férias e pelo facto do período de trinta e cinco dias ser escasso para as pessoas manifestarem o seu dever de cidadania, propondo um esforço de maior publicitação desta discussão pública, já que se trata do principal instrumento de gestão do território da cidade,.-----

-----Continuando, questionou o ponto de situação sobre as análises das águas balneares da cidade do funchal, tendo em conta o arriar da bandeira azul no Lido, as notícias sobre a má qualidade das águas no “Gavinas” e a interdição da “Doca do Cavacas”.-----

-----Sobre esta questão, o Senhor Vereador Miguel Gouveia da Mudança informou que relativamente à semana passada, foram recebidos os resultados das segundas análises, com valores dentro dos parâmetros normais e a bandeira azul foi içada novamente e as

praias reabertas, sendo que nas análises feitas pela Autarquia e relativamente ao “Gavinas”, foram obtidos valores dentro dos parâmetros. Relativamente à “Doca do Cavacas” a Autarquia iniciou esta semana a recolha de amostras para análise. Reforçou que “o mais importante é identificar a origem do problema e agir no sentido da sua resolução. A Autarquia encontra-se a fazer dentro das suas competências, ao nível das redes de águas residuais e pluviais uma verificação exaustiva não tendo encontrado qualquer anomalia e ao contrário do que se diz, não há causalidade direta de que se são indícios de águas residuais logo a responsabilidade é da Câmara até porque há um conjunto de empresas privadas que prestam serviços na área do saneamento básico e que deveriam descarregar nas várias estações de tratamento e que poderão não estar a cumprir e que carecem de fiscalização.” -----

-----Intervindo sobre esta questão, o Senhor Vereador Artur Andrade da CDU referiu que “ainda que a fiscalização possa ser da responsabilidade quer da Câmara quer do Governo Regional estamos perante um comportamento que tipifica um crime ambiental que é sancionado por lei e que se traduz numa moldura penal”, propondo que a Câmara faça uma participação na Polícia Judiciária, contra desconhecidos relativamente a este crime que é recorrente nesta zona.-----

-----Intervindo sobre este assunto, o Senhor Vereador João Correia do PSD referiu “que a contaminação das águas deve-se a bactérias fecais e com certeza que a sua origem está nas águas

residuais e neste sentido a Câmara como primeira entidade tenha a primeira posição e fiscalização das redes que licencia.”-----

-----Usando novamente da palavra, o Senhor Vereador Miguel Gouveia da Mudança frisou “que a Câmara analisou de fio a pavio todas as suas estações elevatórias, todas as estações elevatórias que estão na zona hoteleira, ao abrigo do contrato com a empresa que faz a gestão dos nossos sistemas de águas residuais e todos os sistemas de águas pluviais foram também foram batidos de fio a pavio e não se encontrou qualquer indício de contaminação e se alguém disser o contrário que aponte onde está a fonte, tudo o resto é levantar insinuações.”-----

-----Intervindo sobre esta questão, o Senhor Presidente referiu que “ o problema é quando se utiliza esta questão como arma de arremesso contra a Câmara quando isto é um problema que deve envolver todas as entidades com responsabilidade e trata-se de um problema antigo, que já vem desde a Vereação do PSD e nunca ninguém descobriu o foco do problema.”-----

-----Usando agora da palavra e sobre a questão de maior publicitação da discussão pública do PDM o Senhor Vereador Domingos Rodrigues da Mudança referiu que “efetivamente poderá propor-se mais publicitação. Foram feitas uma série de conferências que tinham como objetivo discutir temas que seriam refletidos no PDM e de referir que esta primeira sessão foi de esclarecimento e está disponível em vários pontos o PDM para análise. Tem existido até agora uma afluência significativa, mas

acontece que a maior parte das pessoas colocam questões de carácter individual. Ainda vamos ter mais duas sessões de esclarecimentos e pode-se realmente fazer mais e melhor em termos de publicitação.” -----

----- -Retomando a palavra, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues do CDS/PP alertou mais uma vez para a necessidade da Câmara e os serviços de mobilidade estudarem a questão das paragens de autocarros junto aos Centros Comerciais do Anadia e do Oudinot, por não terem abrigos para além dos constrangimentos de trânsito, reconhecendo que a solução não é fácil.-----

-----Usando da palavra sobre esta questão, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues da Mudança informou que esta questão já foi estudada, mas estes são locais sem capacidade e sem espaço público para proceder a quaisquer alterações. Referiu ainda que “irá haver, brevemente, uma mudança na utilização dos transportes interurbanos dentro da cidade levando a uma maior concentração de transportes junto do Museu da Empresa da Eletricidade. Neste momento, os transportes que vão para o lado oeste da ilha saem do lado este e vice-versa, não existindo a necessidade de atravessarem toda a cidade. Neste sentido, foi feita uma proposta ao Governo Regional para que se altere esta situação, de forma a reduzir em 30% o atravessamento da Avenida do Mar e a melhor circulação na cidade, quer para sair quer para entrar, através da criação de um terminal próprio. Quem irá

conduzir este processo será o Governo Regional, mas a Autarquia já manifestou as suas preocupações que são as de qualificar o centro e proteger a circulação na Avenida do Mar das viaturas mais antigas assim como o Governo Regional solicitou garantias por parte da Câmara ao nível da gestão de tráfego para estes transportes saírem rapidamente da cidade. Já foi também abordada a questão dos Horários do Funchal ao nível do estacionamento que possuem junto à Empresa da Eletricidade, cuja proposta foi a de ser eliminado de forma a permitir uma continuidade do passeio e pedonal até ao Hotel e que foi aceite pela empresa e serão realizados alguns ajustes e redimensionamento dos espaços. -----

----- -Usando agora da palavra, o Senhor Vereador Artur Andrade da CDU alertou para uma preocupação de uma moradora no sítio da Lombada, ao pé das Babosas, Monte, já que antes dos incêndios existia uma serragem no local e parece haver a possibilidade de instalação de uma nova serragem ao que o Senhor Vereador Domingos Rodrigues da Mudança informou não ter conhecimento, mas informou que iria averiguar junto dos serviços.-----

----- -Por último, o Senhor Vereador Artur Andrade da CDU, referiu a falta de transportes públicos na zona dos Três Paus, entre o início da descida até à Ribeira e no outro lado que vai ter ao Ribeiro do Serrado e no entendimento dos moradores é possível a circulação de transportes públicos, com algumas pequenas correções da estrada, solicitando a necessidade de avaliação desta

situação perante os Horários do Funchal para apurar esta possibilidade.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista: -----

1 – ESTRUTURA ORGÂNICA:-----

----- - **Proposta de Alteração da Estrutura Orgânica Flexível do Município do Funchal:** - A Câmara aprovou, por unanimidade, a seguinte proposta de deliberação, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

---“Considerando que: A Assembleia Municipal do Funchal, ao abrigo da competência que lhe é atribuída nas alíneas a), b) e c) do artigo 6º da Lei nº 305/2009, de 23 de outubro e de acordo com a Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro (Estatuto do Pessoal Dirigente), em deliberação datada de 19 de dezembro de 2014, aprovou, sob proposta da Câmara Municipal do Funchal, aprovada por deliberação de 11 de dezembro de 2014, o Modelo da Estrutura Orgânica, a Estrutura Nuclear e o número máximo de unidades orgânicas flexíveis do Município do Funchal; De acordo com aquela deliberação da Assembleia Municipal, a Estrutura Orgânica da Câmara Municipal do Funchal tem como número máximo 29 unidades orgânicas flexíveis, correspondendo a 25 divisões dirigidas por cargos de direção intermédia de 2º grau e a 4 unidades dirigidas por cargos de direção intermédia de 3º grau; De

acordo com o disposto na alínea a) do artigo 7.º e nos números 3 e 4 do artigo 10.º, ambos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, à Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, compete criar, alterar ou extinguir unidades orgânicas flexíveis e definir as respetivas atribuições e competências, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal; A Câmara Municipal do Funchal, em deliberação datada de 8 de janeiro de 2015, e ao abrigo da competência que lhe é atribuída pela alínea a) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, criou as unidades orgânicas flexíveis e definiu as respetivas atribuições e competências, dentro do limite de 4 unidades fixado pela Assembleia Municipal, cujos serviços são assegurados por um dirigente intermédio de 3.º grau; Em deliberação de 6 de junho de 2017, publicada na 2.ª Série do Diário da República, n.º 125, de 30 de junho de 2017, determinou a Câmara Municipal do Funchal a extinção da Unidade de Mercados, unidade dependente do Departamento de Economia e Cultura. Assim, considerando o exposto e a importância de assegurar uma gestão de recursos humanos com racionalização e otimização de recursos, com a promoção do aumento dos níveis de eficácia e eficiência da atuação administrativa do Município do Funchal, torna-se imperioso proceder a alterações em determinadas unidades orgânicas que, sem prejuízo do que foi anteriormente estabelecido e da legislação em vigor, reflitam as necessidades atuais, e se adequem às reais obrigações e

competências dos serviços abrangidos. Propõe-se assim, que a Câmara Municipal do Funchal aprove a seguinte alteração à estrutura orgânica flexível do Município do Funchal, aprovada na sua reunião de 8 de janeiro de 2015 e publicada na 2.ª Série do Diário da República, n.º 29, de 11 de fevereiro de 2015, posteriormente alterada em reunião de 6 de junho de 2017, cuja deliberação foi publicada na 2.ª Série do Diário da República, n.º 125, de 30 de junho de 2017, promovendo a criação da Unidade de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, unidade dependente da Divisão de Recursos Humanos e integrada no Departamento de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, com a designação, atribuições e competências constantes do documento em anexo”.

2 - MERCADOS MUNICIPAIS:

Loja número 4 do Mercado dos Lavradores - prorrogação de prazo: - A pedido do adjudicatário da Loja número quatro do Mercado dos Lavradores, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a prorrogação por mais dez (10) dias, para a entrega de documento (garantia bancária), de acordo com o disposto no número um do artigo noventa e um do Código de Contratos Públicos.

- Relativamente a esta questão, o Senhor Vereador do CDS/PP José Manuel Rodrigues sugeriu que seja analisada a questão dos prazos já que os bancos, hoje em dia, demoram na emissão das garantias bancárias.

----- - **Atribuição de direitos de exploração de diversos estabelecimentos/espacos destinados a atividade comercial nos Mercados Municipais dos Lavradores e da Penteada -**

Aprovação da Minuta Tipo: - Foi aprovada, por unanimidade, a Minuta tipo dos contratos a celebrar relativamente aos espacos a concurso para atribuição de direitos de exploração de estabelecimentos/espacos localizados nos mercados municipais dos Lavradores e da Penteada. -----

3 - DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS:-----

----- - **Atribuição do direito de exploração de espacos no Parque de Santa Catarina - Caducidade da Adjudicação:** - Foi

unanimemente deliberado, perante o respetivo processo, adjudicar a concessão do direito de exploração de espacos no Parque de Santa Catarina, à concorrente Regina Leonor de Freitas Nunes, pelo valor mensal de € 2.103,97 (dois mil cento e três euros e noventa e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, em virtude da adjudicatária, Jéssica Denise Moniz Ramos, ter apresentado a desistência ao referido concurso.-----

4 - OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA - Isenção de taxas:-----

----- - A pedido de Manuel Martinho Escórcio - 1º Mordomo da Festa em Honra do Glorioso Padroeiro Senhor São Roque (proc.º 34164/17), a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a colocação na via pública de cem (100) mastros, com isenção do pagamento de taxas, aquando das festividades naquela freguesia, nos termos da informação da Divisão de Mobilidade e Trânsito (refª

1294/DOT/DMT/2017).-----

----- - Perante o pedido formulado pela Paróquia da Visitação (proc.º 34336/17), para a isenção de taxas municipais, pela colocação de duzentos e cinquenta (250) mastros na Estrada do Laranjal, Santo António, por ocasião das festividades naquela Paróquia, a Câmara, tendo por base a informação da Divisão de Mobilidade e Trânsito (refª. 1310/DOT/DMT/2017), deliberou, por unanimidade, autorizar. -----

ACIDENTES NA VIA PÚBLICA/Indemnizações: - A Câmara deliberou, em função da exposição apresentada por Paulo Jorge Lourenço Nisa (proc.º 6113/17) e com base na informação da Divisão de Mobilidade e Trânsito (refª 1302/DOT/DMT/2017), aprovar, por unanimidade, o pagamento da importância de € 1.121,33 (mil cento e vinte um euros e trinta e três cêntimos), referente aos prejuízos causados na viatura Nissan (matrícula 08-JH-81), aquando do embate por deslizamento no piso oito (8) do parque de estacionamento do Edifício 2000.-----

----- - Relativamente a esta questão, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus do PSD questionou se o problema que deu origem a este embate se já fora solucionado ao que o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informou que iria averiguar junto dos serviços. -----

----- - A pedido de Carla Cristina Ferreira Vieira Rodrigues (proc.º 50278/16), a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação da Divisão de Gestão de Frota (refª

72V/DIE/DGF/2017), o pagamento da indemnização no valor de € 276,03 (duzentos e setenta e seis euros e três cêntimos), pelos danos causados na viatura Fiat Punto (matrícula 75-60-RX), devido à existência de uma tampa da rede de saneamento deslocada na Rua Dr. Gastão de Deus Figueira, freguesia de Santo António.-----

6 – OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURAS:-----

----- - **Empreitada de “Consolidação Estrutural da Encosta Sobranceira a um troço do Caminho Comandante Camacho de Freitas junto à Socipamo” – Aprovação do Projeto de Execução e das Peças de Procedimento:** - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de execução assim como as peças de procedimento necessárias ao concurso mencionado em título, conforme informação do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos (refª 136/JP/DIE/2017).-----

----- - **Empreitada de “Consolidação Estrutural da Encosta Sobranceira a um Troço do Caminho dos Tornos” – Aprovação das Peças de Procedimento:** - Conforme proposto na informação do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos (refª 134/JP/DIE/2017), a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as peças do procedimento para a empreitada de “Consolidação Estrutural da Encosta Sobranceira a um Troço do Caminho dos Tornos”.-----

----- - **Empreitada de “Nova Acessibilidade à Vereda da Freirinha – Santo António” – Abertura de Procedimento por**

Concurso Público: - A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura de procedimento por concurso público (nº 66/DIE/DOMC/2017), para a empreitada de “Nova Acessibilidade à Vereda da Freirinha – Santo António” com o valor base de € 478.210,00 (quatrocentos e setenta e oito mil, duzentos e dez euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, bem como aprovar as peças processuais e a designação do júri proposto na informação do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos – Divisão de Obras Municipais e Conservação (refª 133/DIE/DOMC/2017), composto por: a) Duarte Jervis (presidente); b) Bernardo Soveral (vogal efetivo); c) Francisco Félix (vogal efetivo); d) José Pernetá (vogal suplente); e) Carlos Miguel (vogal suplente).-----

----- - Relativamente a esta questão, o Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade congratulou-se com a concretização desta obra, proposta efetuada pela CDU. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO AO PÚBLICO: - Pelas dezassete horas e trinta minutos, iniciou-se na Sala da Assembleia Municipal, o período de intervenção ao público. Intervieram os munícipes abaixo identificados, inscritos previamente na Divisão de Atendimento e Informação, colocando as suas questões: -----

---- - Elisabete Vasconcelos Leça – pedido de continuidade da obra do Caminho do Laranjal, freguesia de Santo António; -----

--- Relativamente a este assunto, o Senhor Vereador Miguel Gouveia da Mudança informou que a obra a efetuar será a ligação

entre a Estrada Comandante Camacho de Freitas e o Caminho do Laranjal com uma zona de inversão de marcha e acesso ao Caminho do Laranja. Referiu ainda que segundo os serviços técnicos, a Autarquia não pode desenvolver um projeto considerando os 40% de inclinação. Reiterou ainda que esta ligação será desaconselhada a circulação automóvel e servirá apenas para acesso aos moradores. -----

--- - Rita da Conceição Soares Vieira – assunto relacionado com a problemática dos animais errantes no concelho do Funchal; -----

--- Relativamente às várias questões colocadas, a Senhora Vice-Presidente Idalina Luís informou que a alimentação pode ser obtida através do Canil do Vasco Gil sempre que exista disponibilidade. Informou também que poderão se candidatar, até trinta e um de agosto, a um apoio financeiro, no âmbito do associativismo e de atividades de interesse municipal, que poderá ser utilizado para alimentação ou esterilizações. Relativamente às esterilizações no novo espaço o que o protocolo estabelece é que sejam no mínimo dez animais e muito em breve, haverá novidades nesta área para que no final do verão o espaço esteja a funcionar em pleno, sendo que, no futuro, o recobro dos animais será feito no centro de esterilizações. Quanto às campanhas de sensibilização, informou que a entidade gestora do Canil tem-na feito em vários sítios, sendo esta uma das cláusulas do caderno de encargos. Referiu ainda que os sensos também têm como objetivo, sensibilizar as pessoas para o bem-estar dos animais e o respetivo registo. Referiu

também uma campanha já efetuada relacionada com os cuidados a ter com os dejetos dos animais. Por último, realçou a disponibilidade e profissionalismo da equipa que está a tratar dos animais no Canil do Vasco Gil. -----

--- - José Raul Catanho da Silva - assunto relacionado com a demolição de um armazém agrícola ao Caminho do Lombo, número quarenta e oito, freguesia do Monte (procº 11616/2016); -----

--- O Senhor Vereador Domingos Rodrigues da Mudança informou que foi solicitado ao Departamento Jurídico uma análise ao processo, no sentido de definir quais as medidas a tomar, atendendo todo o histórico deste processo. Assim, como resultado desta análise, foram notificados o reclamado e o seu advogado, com o conhecimento do reclamante, no sentido de comprovarem a legitimidade dos subscritores das declarações de autorização com o descrito na Conservatória do Registo Predial, de modo a ser dado seguimento ao processo. Informou ainda, que só no caso de não ser possível promover a legalização do armazém agrícola é que será novamente ponderada a medida de tutela da demolição com recurso, ou não à execução coerciva. -----

--- - Eunice José Freitas Fernandes – assunto referente à suspensão do subsídio de arrendamento (procº 37840/2014); (Não compareceu) -----

--- - António Virgílio Alexandre – reclamação contra a execução de obras ilegais no prédio situado ao Beco do Forno, número catorze, freguesia do Imaculado Coração de Maria (procºS-28112/2015); ---

--- O Senhor Vereador Domingos Rodrigues da Mudança informou que após sucessivas notificações ao reclamado para apresentar projeto de legalização o mesmo informou, em audiência, não ter possibilidades económicas. Solicitou, em janeiro do presente ano, apoio à Autarquia para a elaboração do projeto. O GTZA informou que o projeto de arquitetura solicitado não era viável devido às áreas anteriormente ampliadas que extravasavam o previsto no PDM para a zona, pelo que qualquer viabilidade de legalização passaria pela demolição da área referida. Será enviado um ofício ao reclamado a explicar que o pedido não é viável pelo que qualquer possibilidade de legalização passaria pela demolição da área referida e um outro ofício ao reclamante a informar que deverá proceder a obras de impermeabilização na zona da arrecadação e eliminar a construção recentemente executada visto que o prédio já não comporta mais área construtiva. -----

--- - Heliodoro Martins de Jesus – reclamação contra obras clandestinas (sem os afastamentos legais), no prédio situado ao Caminho do Salão, três-G, freguesia de Santo António (procº 8221/2011); -----

--- Relativamente a esta questão, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues da Mudança informou que por não ter sido dado cumprimento às correções determinadas e estando já estas operações orçamentadas pelos nossos serviços, será enviado um ofício à reclamada a informar o valor orçamentado para a correção do muro e que a Câmara irá desencadear o procedimento interno

para execução coerciva. O processo seguirá para o Departamento Jurídico e de Fiscalização para dar continuidade ao processo de encerramento coercivo. -----

--- - Maria Celeste Freitas Pereira Alves (vítima dos incêndios de agosto) – autorização para venda ambulante de bolo do caco durante todo o ano (proc° 2017000033925); -----

--- Sobre esta questão e em primeiro lugar, o Senhor Presidente informou que o processo de reconstrução das habitações está a ser conduzido pelo Governo Regional. Quanto ao espaço para venda, neste caso de carácter não sedentário, sujeito a um regulamento, respetivo edital com os locais e posteriormente pelo sorteio deverá a exponente inscrever-se. Informou ainda que existem certos locais nobres da cidade que a Câmara não irá autorizar este tipo de venda, dispondo, porém, de outras alternativas. -----

--- - Maria José Souto de Freitas da Silva – reclamação contra o licenciamento de atividade de estacionamento e oficina de viaturas, situada ao Caminho do Engenho Velho, número nove, freguesia de São Martinho (proc° 2065/2016); -----

--- Relativamente a esta questão, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues da Mudança informou que foi hoje feita a selagem do estacionamento e oficina automóvel e o espaço não poderá ser utilizado mais como parque de estacionamento. -----

--- - José Silvestre Teixeira Dias – devolução da chave da moradia sita ao Bairro de Santa Maria (proc° S-830/2017); -----

--- Relativamente a esta questão, a Senhora Vereadora Madalena

Nunes da Mudança informou que a lista de espera para uma habitação social, tem três mil e trezentas pessoas e para tal tiveram que se inscrever e são ordenadas mediante vários fatores, entre os quais os financeiros, a situação habitacional da casa onde vivem, a idade, a doença, a violência entre outros. O que aconteceu foi que a inquilina da casa faleceu e segundo informação da Sociohabita, a filha da moradora desta habitação esteve ausente vários anos e já não se encontrava em coabitação há muitos anos e por essa razão não tem direito à casa, pelo que terá de se inscrever na Sociohabita. Reforçou ainda que as casas de habitação social são do Município para distribuir pelas pessoas que estão na lista de espera. -----

--- - José Eleutério Vieira Pinto – pedido de habitação social (procº 1944/2015); -----

--- Sobre este assunto, a Senhora Vereadora Madalena Nunes da Mudança, informou que tem conhecimento da situação e face a uma vistoria mais atualizada poderá haver alterações na lista de espera. -----

--- - Jorge Paulo Castro Silva – reclamação contra a existência de um estaleiro de máquinas, no Caminho do Engenho Velho, (frente à antiga Madibel) (procº 40997/2012); -----

--- O Senhor Vereador Domingos Rodrigues da Mudança informou que os serviços de fiscalização foram ao local e informaram que não existe nenhum camião estacionado na parcela pertencente à empresa Sidónio Henriques & Filhos, existindo apenas três

contentores. O estaleiro referenciado pelo reclamante mantém-se nas mesmas condições, pelo que será de manter o oficiado anteriormente que é de repor o terreno nas condições que se encontrava antes do início dos trabalhos e proceder à correção dos muros de vedação para a altura regulamentar de 1,80 metros. -----

--- - Paulo Alexandre Sousa Pereira – assunto relacionado com a legalização da moradia sita à Segunda Travessa do Lazareto, número vinte e dois, freguesia de Santa Maria Maior (procº 26744/2016); -----

--- O Senhor Vereador Domingos Rodrigues da Mudança informou que o expoente tem sido recorrentemente recebido por vários técnicos da Câmara, com e sem audiências, pelo que está plenamente consciente do ponto de situação do processo. O problema tem a ver com um alinhamento previsto para o local que implica o recuo de 3,20 metros ou a realização de uma escritura de ónus real sobre a área necessária ao alinhamento. O facto do expoente se opor a ambas as soluções, tem dificultado o avanço do processo. Informou ainda que os alinhamentos decorrem de uma imposição administrativa pelo que o seu cumprimento é obrigatório. Por fim, informou que o expoente poderá apresentar um pedido de anulação do alinhamento que será devidamente analisado pelos serviços. -----

--- Intervindo sobre esta questão, o Senhor Vereador Miguel Gouveia da Mudança informou que a Câmara recebeu dois abaixo-assinados, um a favor do alargamento, outro contra o alargamento

e após análise, verificou-se que a maioria dos moradores era contra o alargamento pelo que o processo de alargamento foi suspenso. ---

--- - Soraia Marlena Jardim Ferreira – assunto relacionado com o desdobramento de habitação social; (Não compareceu) -----

---- - Sónia José Vieira Abreu Martins – reclamação contra a execução de obras clandestinas no prédio situado ao Caminho das Preces, número vinte e dois, freguesia de Santo António (procº 16863/2017); -----

--- Relativamente a esta questão, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues da Mudança informou que dado que as reclamações foram apresentadas há muito pouco tempo, a divisão de fiscalização ainda não foi ao local fazer o reporte da situação pelo que o processo regressará para os fiscais para irem ao local e informar. -----

--- - Horácio Hilário Brito – reclamação sobre a apreensão de material (procº 2017000023528). -----

--- Sobre este assunto, o Senhor Presidente informou que relativamente a esta questão mantém o que lhe foi comunicado na reunião pública anterior pela Senhora Vereadora Madalena Nunes, de que estava a efetuar venda ilegal de artigos e por isso os produtos foram confiscados. Os documentos foram restituídos e o megafone destruído mediante autorização do exponente. -----

-----Após inteirar-se dos assuntos acima descritos e prestado esclarecimentos a Câmara encaminhou para os diversos serviços as situações que necessitavam informação. -----

DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA: - Os textos das deliberações tomadas na presente reunião são, ao abrigo do estatuído no número três, do artigo cinquenta e sete, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, e do número três do artigo vinte e um, do Regimento das Reuniões da Câmara Municipal, aprovadas em minuta para a produção de efeitos imediatos. -----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às dezanove horas e quarenta minutos. -----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo. -----
